Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJTAR 2QH6E G37EY FNH3R

MBPM
MALUCELLI BARBOSA
PORTUGAL MACEDO
Advocacia e Administração Judicial

RELATÓRIO DA FASE ADMINISTRATIVA

NUP 0004541-20.2023.8.16.0044

Análise de Habilitações e Divergências pela Administração Judicial de D'Atri Industria e Comercio de Confecções Ltda. e DSO Industria e Comercio de Confecções Eireli

A Administração Judicial realizou diligências no sentido de conferir a relação de credores apresentada pelas Recuperandas, tendo solicitado documentos e esclarecimentos para elas. Aos credores foi enviada a comunicação prevista no art. 22, I, alínea "a" da Lei 11.101/2005, conforme relatório de entrega de cartas apresentado no mov. 111.2, bem como foi divulgada a lista de credores conforme edital disponível no mov. 176.1.

Cumpridas as formalidades necessárias à publicidade do presente processo deu-se início à fase administrativa, consubstanciada pelo presente relatório em que se explicam eventuais alterações realizadas na lista apresentada pela Recuperanda.

As informações ora prestadas seguem as orientações do art. 1º, §2º, da Recomendação 72 do Conselho Nacional de Justiça.

Curitiba, 16 de outubro de 2023.

Giovanna Vieira Portugal Macedo
OAB/PR 77.053
giovanna@mbpm.adv.br
Assinatura eletrônica

Jéssica Malucelli Barbosa
OAB/PR 76.433
jessica@mbpm.adv.br
Assinatura eletrônica

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJTAR 2QH6E G37EY FNH3R

Do Pedido de Retificação realizado pela própria Recuperanda.

1. Pedido

No dia 07/06/2023 as Recuperandas encaminharam e-mail à administração judicial com a solicitação de retificação da listagem trabalhista, tendo enviado comprovantes de pagamento do saldo de salário.

Sustentaram a manutenção da dívida com relação as férias e 13º proporcional.

2. Parecer da Administração Judicial

O MBPM conferiu a listagem encaminhada com os documentos encaminhados pelas Recuperandas e promoveu a retificação da lista de credores.

Caso algum credor específico que tenha tido seu crédito alterado tenha interesse na obtenção dos documentos comprobatórios de pagamento do saldo de salário, poderá entrar em contato diretamente com a Administração Judicial para o respectivo envio.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJTAR 2QH6E G37EY FNH3R

Credor	VALOREM SOLUÇÕES FINANCEIRAS S/A
CNPJ/CPF	18.488.755/0001-42
Data de recebimento	24/08/2023
Documentos enviados	Divergência de crédito
Valor apontado pelas Recuperandas	R$ 1.745.967,69
Classificação apontada pelas Recuperandas	Quirografário
Valor perseguido pelo credor	n/a – pretende apenas a retificação do nome na lista de credores
Classificação apontada pelo credor	Quirografário

1. Pedido do Credor

Requer a retificação do nome do credor de Valorem Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Multisetorial para Valorem Soluções Financeiras S.A.

2. Manifestação das Recuperandas

Sem manifestação pelas Recuperandas.

3. Parecer da Administração Judicial

A requerente deixou de apresentar documentos anexos à divergência administrativa apresentada, não tendo a Recuperanda apresentado manifestação a respeito do pedido de retificação.

Ao consultar os autos, verificou-se que a Requerente apresentou pedido de habilitação nos autos no Mov. 95.2, sem, contudo, ter apresentado comprovação da relação entre as partes que justifique a modificação da titularidade do crédito apontado.

O CNPJ da Valorem Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Multisetorial indicado na lista de créditos é distinto daquele cuja procuração foi juntada no processo.

A partir disso, o MBPM apresenta o seu parecer pelo desacolhimento da divergência administrativa apresentada.

MBPM
MALUCELLI BARBOSA
PORTUGAL MACEDO
Advocacia e Administração Judicial

4. Conclusão

Desacolhido o pedido.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJTAR 2QH6E G37EY FNH3R

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJTAR 2QH6E G37EY FNH3R

Credor	TIP TOP FRANQUIAS E LICENCIAMENTO LTDA. e TDB TEXTIL LTDA.
CNPJ/CPF	09.002.589/0001-31 60.579.422/0001-95
Data de recebimento	25/08/2023
Documentos enviados	Habilitação de Crédito
Valor apontado pelas Recuperandas	n/a
Classificação apontada pelas Recuperandas	n/a
Valor perseguido pelo credor	R$ 114.893,43
Classificação apontada pelo credor	Quirografário

1. Pedido do Credor

Narram as habilitantes que as empresas requerentes são credoras do valor de R$ 114.893,43, classe quirografária, valor originário de sentença condenatória nos autos nº 1010935-10.2022.8.26.0100, que tramitou perante a 44ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo/SP.

2. Manifestação das Recuperandas

Sem manifestação pelas Recuperandas.

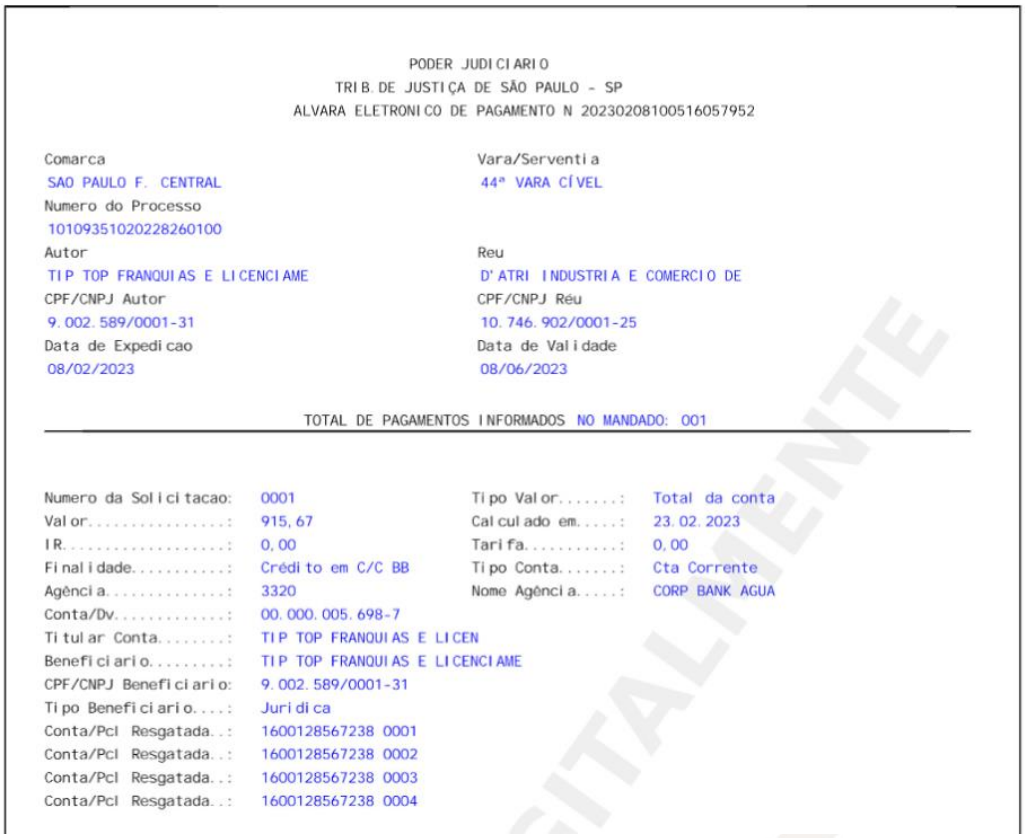
3. Parecer da Administração Judicial

Apesar de os Requerentes não terem apresentado documentos anexos ao seu pedido de habilitação, o MBPM consultou os autos nº 1010935-10.2022.8.26.0100 e constatou que as Requerentes ajuizaram Execução em face da Recuperanda D'atri, que apesar de citada, deixou transcorrer o prazo para oposição de Embargos à Execução.

Em 04/05/2022 foi autorizado o início da execução, tendo sido realizado bloqueio judicial, via Sisbajud, nas contas da D'atri, no valor de R$ 891,96, intimada a Recuperanda sobre o bloqueio em

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJTAR 2QH6E G37EY FNH3R

27/07/2022, com a juntada de AR em 04/08/2022, deixou transcorrer o prazo para manifestação, tendo sido deferido o levantamento do valor bloqueado pelas Requerentes, conforme comprovante de alvará abaixo:



PODER JUDICIARIO
TRIB. DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO - SP
ALVARA ELETRONICO DE PAGAMENTO N 20230208100516057952

Comarca	Vara/Serventia
SAO PAULO F. CENTRAL	44ª VARA CÍVEL
Numero do Processo	
10109351020228260100	
Autor	Reu
TIP TOP FRANQUIAS E LICENCIAME	D'ATRI INDUSTRIA E COMERCIO DE
CPF/CNPJ Autor	CPF/CNPJ Réu
9.002.589/0001-31	10.746.902/0001-25
Data de Expedicao	Data de Validade
08/02/2023	08/06/2023

TOTAL DE PAGAMENTOS INFORMADOS NO MANDADO: 001

Numero da Solicitacao:	0001	Tipo Valor.....:	Total da conta
Valor.....:	915,67	Calculado em.....:	23.02.2023
IR.....:	0,00	Tarifa.....:	0,00
Finalidade.....:	Crédito em C/C BB	Tipo Conta.....:	Cta Corrente
Agência.....:	3320	Nome Agência.....:	CORP BANK AGUA
Conta/Dv.....:	00.000.005.698-7		
Titular Conta.....:	TIP TOP FRANQUIAS E LICEN		
Beneficiario.....:	TIP TOP FRANQUIAS E LICENCIAME		
CPF/CNPJ Beneficiario:	9.002.589/0001-31		
Tipo Beneficiario....:	Juridica		
Conta/Pcl Resgatada..:	1600128567238 0001		
Conta/Pcl Resgatada..:	1600128567238 0002		
Conta/Pcl Resgatada..:	1600128567238 0003		
Conta/Pcl Resgatada..:	1600128567238 0004		

Em 22/06/2023 a Recuperanda D'Atri apresentou manifestação na execução informando o pedido de Recuperação Judicial em 20/04/2023 e requereu a extinção da demanda ante a concursalidade do crédito.

Em 04/07/2023 os Requerentes requereram a expedição de certidão para habilitação de crédito na Recuperação Judicial.

Em 05/07/2023 a demanda foi julgada extinta em razão da Recuperação Judicial e em 22/09/2023 foi expedida Certidão de Crédito.

Transitada em julgada a decisão sobre extinção, os autos foram remetidos ao arquivo.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJTAR 2QH6E G37EY FNH3R

Elaborado cálculo pela administração judicial, entende-se que deve ser habilitado o valor de R$ 123.919,78 (cento e vinte e três mil, novecentos e dezenove reais e setenta e oito centavos) em favor das Requerentes.

PLANILHA DE DÉBITOS JUDICIAIS

Data de atualização dos valores: abril/2023
Indexador utilizado: TJ/SP (Tabela Tribunal Just SP-INPC)
Juros moratórios simples de 1,00% ao mês
Acréscimo de 10,00% referente a multa.
Honorários advocatícios de 0,00% - (não aplicável sobre a multa).

ITEM	DESCRIÇÃO	DATA	VALOR SINGELO	VALOR ATUALIZADO	JUROS MORATÓRIOS 1,00% a.m.	MULTA 10,00%	TOTAL
1		09/02/2022	93.915,60	100.684,20	14.095,79	10.068,42	124.848,41
		TOTAIS	93.915,60	100.684,20	14.095,79	10.068,42	124.848,41
					Subtotal		R$ 124.848,41
				desconto/abatimento - 23/02/2023 - - R$ 915,67	(-)		R$ 928,63
					Subtotal (desconto/abatimento)		R$ 928,63
					TOTAL GERAL		R$ 123.919,78

4. Conclusão

Acolhido parcialmente o pedido do credor

Valores finais encontrados pelo AJ que constarão do Edital		
Credor	Valor	Classe
TIP TOP FRANQUIAS E LICENCIAMENTO LTDA. e TDB TEXTIL LTDA.	**R$ 123.919,78**	**Quirografário.**

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJTAR 2QH6E G37EY FNH3R

Credor	SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DO VESTUÁRIO DE APUCARANA E REGIÃO
CNPJ/CPF	80.922.57/00001-87
Data de recebimento	07/06/2022
Documentos enviados	Divergência de Crédito Convenção Coletiva de Trabalho 2022/2023 Ata de Posse da Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores nas indústrias do vestuário de Apucarana e região Estatuto Social
Valor apontado pelas Recuperandas	R$ 3.362,20
Classificação apontada pelas Recuperandas	Quirografário
Valor perseguido pelo credor	Exclusão do crédito
Classificação apontada pelo credor	n/a

1. Pedido do Credor

Sustenta o Sindicato que negocia na forma de Convenção Coletiva de Trabalho, onde se criam deveres e obrigações para os integrantes da categoria, que tem nos quadros das Recuperandas diversos associados, os quais tem descontados de seus salários a denominada taxa negocial/mensalidade sindical, descontos que devem ser repassados aos cofres do Sindicato.

Que as Recuperandas apontaram na lista de credores que o Sindicato seria credor quirografário na importância de R$ 3.362,20, conquanto que entende que não há que se falar na situação, à medida que as Recuperandas são meras depositárias das quantias em questão, tendo a função de meras repassadoras à entidade, de modo que a referida verba não integra os seus patrimônios.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJTAR 2QH6E G37EY FNH3R

A partir disso, informou que a restituição de valores será tratada em ações individuais e requer a exclusão dos valores relacionados no Plano de Recuperação Judicial e imediatamente encaminhados ao Sindicato.

2. Manifestação das Recuperandas

Sem manifestação pelas Recuperandas.

3. Parecer da Administração Judicial

Quanto ao pedido de exclusão do crédito da listagem de credores, não restou comprovado pelo Sindicato a inexistência do crédito que justifique a pretendida exclusão, mas tão somente a sua irresignação quanto à sujeição do crédito aos efeitos da recuperação judicial.

Sendo o crédito apontado pelas recuperandas contraído até a data do pedido de recuperação judicial, não há que se falar na não sujeição à recuperação judicial, o que se diferencia do montante mensal que deve ser repassado ao Sindicato a partir do pedido de recuperação judicial (verba extraconcursal), não sujeita aos efeitos recuperacionais.

A partir disso, o parecer da administração judicial é pela manutenção do crédito na lista de credores. Não obstante, quanto ao pedido de repasse imediato de valores, a administração judicial não possui poderes para determinar a remessa de valores para qualquer que seja o credor, motivo pelo qual, trata de via incorreta para tal requerimento.

4. Conclusão

Desacolhido o pedido do credor.

Valores finais encontrados pelo AJ que constarão do Edital		
Credor	Valor	Classe
SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DO VESTUÁRIO DE	**R$ 3.362,20**	**Quirografário.**

MBPM
MALUCELLI BARBOSA
PORTUGAL MACEDO
Advocacia e Administração Judicial

APUCARANA E REGIÃO		

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJTAR 2QH6E G37EY FNH3R

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJTAR 2QH6E G37EY FNH3R

Credor	COOPERATIVA DE CRÉDITO E INVESTIMENTO DE LIVRE ADMISSÃO AGROEMPRESARIAL – SICREDI AGROEMPRESARIAL PR/SP
CNPJ/CPF	79.457.883/0001-13
Data de recebimento	25/08/2023
Documentos enviados	Divergência de Crédito Estatuto Social Procuração Cédula de Crédito Bancário (B91431139-3) Matrículas nºs 28.430, 28.432, 9.206, 13.708 e 13.709, do 2º CRI de Apucarana/PR Ficha gráfica Klivan
Valor apontado pelas Recuperandas	R$ 1.184.000,00
Classificação apontada pelas Recuperandas	Quirografário
Valor perseguido pelo credor	Pretende a exclusão do crédito
Classificação apontada pelo credor	Extraconcursal

1. Pedido do Credor

Sustenta o credor que o seu crédito detém natureza extraconcursal em razão da garantia fiduciária contratual (art. 49, §3º, da Lei 11.101/2005) e das operações consideradas como ato cooperativo (art. 6º, §13, da Lei 11.101/205).

Requer a exclusão do crédito e informa a existência de crédito extraconcursal no montante de R$ 7.910.14,22 (sete milhões, novecentos e dez mil e quatorze reais e vinte e dois centavos).

Sustenta que a garantia de alienação fiduciária de imóveis dada ao contrato nº B91431139-3 foi devidamente registrada à margem das matrículas nºs 13.709, 13.708, 28.430, 28.432 e 9.206 do 2º CRI de Apucarana/PR.

2. Manifestação das Recuperandas

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJTAR 2QH6E G37EY FNH3R

As Recuperandas discordam do pedido de exclusão do crédito da recuperação judicial sob o fundamento de que grande maioria dos imóveis dados em garantia (alienação fiduciária) são de propriedade de terceiros e que por tal razão, afastada a aplicabilidade do art. 49, §3º, da Lei 11.101/2005.

Sustentam que quanto aos imóveis de propriedade das recuperandas, o entendimento que vem sendo adotado pelo STJ é o de que a extraconcursalidade é limitada ao valor da garantia prestada e que, portanto, tão somente o valor de R$ 352.000,00 deve ser considerado extraconcursal.

Rechaçam a teoria da qualificação de "ato cooperado" para exclusão do crédito com fulcro no art. 6º, §13, da Lei 11.101/2005 e apresentam doutrina e jurisprudência a respeito do tema.

3. Parecer da Administração Judicial

Nos julgamentos dos RESPs nº 1.938.706/SP e 1.933.995/SP, de Relatoria da Ministra Nancy Andighi, decidiu-se que "o afastamento dos créditos de titulares de posição de proprietário fiduciário dos efeitos da recuperação judicial da devedora independe da identificação pessoal do fiduciante ou do fiduciário com o bem imóvel ofertado em garantia ou com a própria recuperanda".

Ementa do RESp nº 1.933.995/SP:

> RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. IMPUGNAÇÃO À RELAÇÃO DE CREDORES. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. CRÉDITOS GARANTIDOS POR ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. BEM IMÓVEL DE TERCEIROS. CIRCUNSTÂNCIA QUE NÃO AFASTA A INCIDÊNCIA DA REGRA DO ART. 49, § 3º, DA LFRE. 1. Incidente de impugnação à relação de credores distribuído em 24/1/2019. Recurso especial interposto em 15/4/2020. Autos conclusos ao gabinete da Relatora em 3/3/2021. 2. O propósito recursal, além de verificar eventual negativa de prestação jurisdicional, consiste em definir (i) se o crédito vinculado à garantia prestada por terceiros se submete aos efeitos da recuperação judicial da devedora bem como (ii) se, para não sujeição de créditos garantidos por cessão fiduciária, é necessária a inequívoca identificação do objeto da garantia. 3. Devidamente analisadas e discutidas as questões

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJTAR 2QH6E G37EY FNH3R

deduzidas pelas partes, não há que se cogitar de negativa de prestação jurisdicional, ainda que o resultado do julgamento não satisfaça os interesses da recorrente. 4. O afastamento dos créditos de titulares de posição de proprietário fiduciário dos efeitos da recuperação judicial da devedora independe da identificação pessoal do fiduciante ou do fiduciário com o bem imóvel ofertado em garantia ou com a própria recuperanda. Precedente específico da Terceira Turma. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. (Data do Julgamento 09/12/2021)

Ainda, recente julgado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo a respeito do tema:

"Agravo de instrumento - Recuperação judicial - Impugnação de crédito julgada parcialmente procedente - Inconformismo do impugnante - Entendimento consagrado no Enunciado VI do Grupo de Câmaras Reservadas de Direito Empresarial superado pelas conclusões alcançadas pelo Terceira e Quarta Turmas do C. Superior Tribunal de Justiça no julgamento do recurso especial nº 1.938.706/SP, Rel. Min. Nancy Andrighi, j. em 14/09/2021 e do agravo interno nos embargos de declaração no recurso especial nº 1.875.972/SP, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, j. em22/02/2022 - Irrelevância da identificação pessoal do fiduciante ou do fiduciário com o objeto da garantia ou com a própria sociedade recuperanda para a aplicação do artigo 49, § 3º, da Lei nº 11.101/2005 - Garantia fiduciária, ademais, já exercida na espécie, a impor a retificação do crédito listado em favor do impugnante sob a classe quirografária, inclusive para evitar-se pagamento em duplicidade - Decisão reformada - Recurso provido" (Agravo de Instrumento nº 2254763-64.2022.8.26.0000; Relator: Maurício Pessoa; 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial; j: 02/08/2023).

A cédula de crédito bancário apresentada pelo credor, sob nº B91431139-3, no valor de R$ 1.184.000,00, firmada em 13/03/2019, originalmente era garantida apenas por aval, tendo sido aditada na mesma data para acrescentar a garantia de alienação fiduciária dos imóveis sob matrículas 13.709 (valor do imóvel R$ 140.000,00), 13.708 (valor do imóvel R$ 140.000,00), 28.430 (valor do imóvel R$ 178.000,00), 28.432 (valor do imóvel R$ 174.000,00) e 9.206 (valor do imóvel R$ 500.000,00) do 2º CRI de Apucarana/PR.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJTAR 2QH6E G37EY FNH3R

Ou seja, a Cédula de Crédito Bancário prevê um empréstimo bancário no valor de R$ 1.184.000,00 (um milhão e cento e oitenta e quatro mil reais), que foi garantido por alienação fiduciária de bens imóveis avaliados, no total, em R$ 1.132.000,00 (um milhão e cento e trinta e dois mil reais).

Sobre a limitação da extraconcursalidade do crédito, entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

> AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - RECUPERAÇÃO JUDICIAL - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO RECLAMO - INSURGÊNCIA DA AGRAVANTE. **1. A extraconcursalidade do crédito acobertado por alienação fiduciária limita-se ao valor do bem dado em garantia, sobre o qual se estabelece a propriedade resolúvel. Eventual saldo devedor que extrapole tal limite deve ser habilitado na classe dos quirografários**. 2. Agravo interno desprovido. (STJ - AgInt no AREsp: 2078718 GO 2022/0055286-8, Relator: Ministro MARCO BUZZI, Data de Julgamento: 20/03/2023, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 23/03/2023)

Pelo exposto, filiando-se ao entendimento que vem sendo aplicado pelos tribunais pátrios, o MBPM conclui que o valor devido, na proporção da garantia prestada, deve ser excluído dos efeitos da recuperação judicial, do que não se extrai o entendimento de possibilidade eventuais bloqueios nas contas das recuperandas, situações que poderão ser pontualmente analisadas.

Considerando que R$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais) não foram garantidos por alienação fiduciária à época do contrato, entende-se que este crédito,

PLANILHA DE DÉBITOS JUDICIAIS

Data de atualização dos valores: abril/2023
Indexador utilizado: TJ/PR (média IGP/INPC)
Juros moratórios simples de 1,00% ao mês
Acréscimo de 0,00% referente a multa.
Honorários advocatícios de 0,00% - (não aplicável sobre a multa).

ITEM	DESCRIÇÃO	DATA	VALOR SINGELO	VALOR ATUALIZADO	JUROS MORATÓRIOS 1,00% a.m.	TOTAL
1		13/03/2019	52.000,00	75.321,10	36.907,34	112.228,44
		TOTAIS	52.000,00	75.321,10	36.907,34	112.228,44
		Subtotal				R$ 112.228,44
		TOTAL GERAL				R$ 112.228,44

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJTAR 2QH6E G37EY FNH3R

4. Conclusão

Acolhido parcialmente o pedido do credor

Valores finais encontrados pelo AJ que constarão do Edital		
Credor	Valor	Classe
COOPERATIVA DE CRÉDITO E INVESTIMENTO DE LIVRE ADMISSÃO AGROEMPRESARIAL – SICREDI AGROEMPRESARIAL PR/SP	**R$ 112.228,44**	**Quirografário.**

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJTAR 2QH6E G37EY FNH3R

MBPM
MALUCELLI BARBOSA PORTUGAL MACEDO
Advocacia e Administração Judicial

Credor	SICOOB METROPOLITANO
CNPJ/CPF	03.459.850/0001-40
Data de recebimento	31/05/2023
Documentos enviados	E-mail
Valor apontado pelas Recuperandas	R$ 30.480,00
Classificação apontada pelas Recuperandas	Quirografário
Valor perseguido pelo credor	Informa o não reconhecimento da existência do crédito
Classificação apontada pelo credor	n/a

1. Pedido do Credor

Sustenta o credor que o Sicoob Metropolitano não possui relacionamento com as Recuperandas, conforme e-mails a seguir:

De: 4340 - Jurídico <juridico.4340@sicoob.com.br>
Enviada em: segunda-feira, 5 de junho de 2023 17:20
Para: Contato <contato@mbpm.adv.br>
Assunto: RES: RJ de D'ATRI INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA E DSO INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES EIRELI

Boa tarde.

Realmente essas duas empresas não possuem relacionamento com o Sicoob Metropolitano.

Obrigada.

Ana Carolina Cardoso Fernandes Lopes
Assistente de RECUP - Unidade Administrativa
Sicoob Metropolitano

SICOOB Metropolitano

Av. Pedro Taques, 294 - Zona 03 - Maringá - PR - 87030-008
T (44) 3032-8000 | www.sicoobunicoob.com.br

Nosso propósito é Conectar pessoas para promover justiça financeira e prosperidade

2. Manifestação das Recuperandas

Sem manifestação pelas Recuperandas.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJTAR 2QH6E G37EY FNH3R

3. Parecer da Administração Judicial

Tendo o Sicoob Metropolitano afirmado não reconhecer a existência do crédito e oportunizado o contraditório à Recuperanda, sem qualquer ressalva a respeito, entende-se que o crédito deve ser excluído da recuperação judicial.

4. Conclusão

Pela exclusão do crédito em razão do não reconhecimento da dívida pelo Sicoob Metropolitano e pela não apresentação de ressalva pela Recuperanda, ou até mesmo de comprovação da existência, de fato, do crédito.

Valores finais encontrados pelo AJ que constarão do Edital		
Credor	Valor	Classe
SICOOB METROPOLITANO	**n/a**	**Retirado da lista**

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJTAR 2QH6E G37EY FNH3R

Credor	BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A
CNPJ/CPF	90.400.888/0001-42
Data de recebimento	28/08/2023
Documentos enviados	Divergência de Crédito Procuração Substabelecimento Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária Realizadas em 25/04/2012 Cédula de Crédito nº 00333607300000011900 e Aditivos Planilha de Atualização de Débito Proposta/Contrato de Abertura de Conta, Poupança, Limite de Crédito, Contratação de Outros Produtos e Serviços (Cheque Empresa) Printscreen DJe acerca da publicação do edital do art. 52 e edital Ficha gráfica Klivan
Valor apontado pelas Recuperandas	R$ 417.884,10
Classificação apontada pelas Recuperandas	Quirografário
Valor perseguido pelo credor	R$ 2.232.617,97
Classificação apontada pelo credor	Quirografário

1. Pedido do Credor

Sustenta o credor que parte dos contratos firmados entre as partes, por conta da modalidade da quantia prestada, não se sujeita à Recuperação Judicial.

Destacou que as partes formalizaram as seguintes operações:

- Cédula de Crédito Bancário – Confissão e Renegociação de Dívida – CCB nº 00333607300000011900 – Operação nº 3607000011900300424, com data de emissão 30/11/2018, com seus aditivos, com valor de dívida confessado no importe de R$ 1.186.586,53. Que além de possuir garantia fidejussória (aval), possui aditamento para constituição e garantia de cessão fiduciária para

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJTAR 2QH6E G37EY FNH3R

direitos creditórios, duplicatas na proporção de 50%. Sustenta que considerando a natureza do crédito decorrente da existência de garantia fiduciária de direitos creditórios, há a necessidade de se declarar como extraconcursal a proporção dessa garantia sobre o crédito decorrente da referida CCB.

Requer, portanto a inclusão, na classe quirografária, do montante relativo a 50% do contrato, no valor correspondente a R$ 2.230.010,07.

- Operação de adiantamentos a depositantes nº 360713021371000261 – vinculada a proposta/contrato de abertura de conta, poupança, limite de crédito, contratação de outros produtos e serviços – pessoa jurídica – agência 3607 – conta 0033-3607-000130021371, com data de contratação em 25/09/2017.

Requer a inclusão de crédito quirografário para essa operação no valor de R$ 2.607,90.

2. Manifestação das Recuperandas

Discordam do pedido do credor sustentando a existência de discussão judicial sobre abusividades e ilegalidades contratuais nos autos sob nº 023858-43.2019.8.16.0044, em trâmite perante a 1ª Vara Cível de Apucarana.

Sustentam que na referida ação consta parecer assistencial elaborado por expert que aponta o montante incontroverso de R$ 1.179.175,17 e que por tal razão, há de se considerar neste momento tão somente o valor incontroverso para fins de habilitação na recuperação judicial, no limite dos 50% concursais.

3. Parecer da Administração Judicial

Apesar de as Recuperandas não terem encaminhado documentação comprobatória das suas alegações, verificou-se que está em trâmite perante a 1ª Vara Cível de Apucarana, Embargos à Execução (autos nº 023858-43.2019.8.16.0044) que discutem os contratos em questão.

Ao analisar os autos, o MBPM identificou que os Embargos à Execução foram apresentados em 25/11/2019 (Mov. 1), em 26/02/2020 foi apresentada Impugnação aos Embargos à Execução (Mov. 22).

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJTAR 2QH6E G37EY FNH3R

Em 01/06/2020 foi apresentada contradita à impugnação aos embargos à execução (Mov. 31).

Em 02/10/2020 foi proferido despacho saneador em que se fixou os pontos controvertidos e deferiu o pedido de produção de prova pericial, bem como de prova documental (Mov. 40). Apresentado o laudo pericial e após algumas complementações, no atual momento os autos estão conclusos para despacho.

Evidente, portanto, a existência de discussão judicial acerca dos valores devidos em razão de os Embargos à Execução tratarem de eventuais encargos abusivos aplicados pelo credor.

A partir disso, entende-se que o parecer da administração judicial não pode ser conclusivo a respeito do tema, em razão da pendência da discussão judicial a respeito do tema.

A administração judicial constatou a existência de aditamento para constituição de garantia de cessão fiduciária para direitos creditórios e outros, sendo elas duplicatas, na proporção de 50%.

Quanto à constituição da garantia fiduciária de cessão de direitos creditórios o MBPM considera ser correta a exclusão do quadro geral de credores dos valores devidos ainda abrangidos pelo percentual de garantia contratado entre as partes. Em outras palavras, concorda que, do valor devido, consideradas as amortizações realizadas, seja excluído do concurso de credores o valor correspondente ao percentual de garantia calculado sobre esse saldo existente na data do pedido de recuperação judicial.

Isso porque, apesar de considerar indevida a exclusão de qualquer crédito de um verdadeiro concurso de credores que visasse a recuperação da empresa, mais do que a negociação com credores estratégicos e que possuem direitos mais privilegiados do que os credores concursais, cabe ao Administrador Judicial aplicar o que a doutrina e jurisprudência têm entendido como correta interpretação das escolhas do legislador.

Atualmente é reconhecida a validade das garantias fiduciárias de cessão de direitos creditórios, veja-se o entendimento de Marcelo Sacramone e o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema:

> O crédito futuro poderá ser já existente (recebível performado) ou poderá sequer ainda ter sido contratado pelo devedor fiduciante da obrigação principal, e ambos poderão

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJTAR 2QH6E G37EY FNH3R

ser cedidos fiduciariamente. principalmente neste último caso, ainda que não se possam identificar todas as características do bem cedido, porque não existe ainda no momento da contratação, a especificação do objeto no contrato deverá permitir sua identificação por terceiros quando o bem vier a existir.
O contrato não poderá versar sobre bem indeterminado, mas poderá recair sobre objeto determinável. (Sacramone, 257).

RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PRETENSÃO DE EXCLUSÃO DE CRÉDITO CEDIDO FIDUCIARIAMENTE AO ARGUMENTO DE QUE O TÍTULO DE CRÉDITO (DUPLICATAS VIRTUAIS) NÃO SE ENCONTRARIA DEVIDAMENTE DESCRITO NO INSTRUMENTO CONTRATUAL. DESCABIMENTO. CORRETA DESCRIÇÃO DO CRÉDITO, OBJETO DE CESSÃO. RECONHECIMENTO. OBSERVÂNCIA DA LEI DE REGÊNCIA. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. 1. A controvérsia posta no presente recurso especial cinge-se em saber se, para a perfectibilização do negócio fiduciário, a permitir a exclusão do credor titular da posição fiduciária dos efeitos da recuperação judicial, no específico caso de cessão fiduciária de direitos creditórios, o correlato instrumento deve indicar, de maneira precisa, os títulos representativos do crédito (in casu, duplicatas virtuais), como entendeu o Tribunal de origem; ou se é o crédito, objeto de cessão, que deve estar suficientemente identificado, como defende o banco recorrente.
2. Dos termos do art. 18, IV, e 19, I, da Lei n. Lei n. 9.514/1997, ressai absolutamente claro que a cessão fiduciária sobre títulos de créditos opera a transferência da titularidade dos créditos cedidos.
Ou seja, o objeto da cessão fiduciária são os direitos creditórios que hão de estar devidamente especificados no instrumento contratual, e não o título, o qual apenas os representa. 3. Por meio da cessão fiduciária de direitos creditórios, representados pelos correlatos títulos, o devedor fiduciante, a partir da contratação, cede "seus recebíveis" à instituição financeira (credor fiduciário), como garantia ao mútuo bancário, que, inclusive, poderá apoderar-se

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJTAR 2QH6E G37EY FNH3R

diretamente do crédito constante em conta vinculada ("trava bancária") ou receber o respectivo pagamento diretamente do terceiro (devedor do devedor fiduciante). Por consectário, em atenção à própria natureza do direito creditício sobre o qual recai a garantia fiduciária - bem incorpóreo e fungível, por excelência -, sua identificação no respectivo contrato, naturalmente, referir-se-á à mensuração do valor constante da conta vinculada ou dos "recebíveis", cedidos em garantia ao débito proveniente do mútuo bancário e representados por títulos de crédito. 4. A exigência de especificação do título representativo do crédito, como requisito formal à conformação do negócio fiduciário, além de não possuir previsão legal - o que, por si, obsta a adoção de uma interpretação judicial ampliativa - cede a uma questão de ordem prática incontornável. **Por ocasião da realização da cessão fiduciária, afigura-se absolutamente possível que o título representativo do crédito cedido não tenha sido nem sequer emitido, a inviabilizar, desde logo, sua determinação no contrato.**

5. Registre-se, inclusive, que a lei especial de regência (Lei n. 10.931/2004, que disciplina a cédula de crédito bancário) é expressa em admitir que a cessão fiduciária em garantia da cédula de crédito bancário recaia sobre um crédito futuro (a performar), o que, per si, inviabiliza a especificação do correlato título (já que ainda não emitido).

6. Na hipótese dos autos, as disposições contratuais estabelecidas pelas partes não deixam nenhuma margem de dúvidas quanto à indicação dos créditos cedidos, representados por duplicatas físicas ou escriturais - sendo estas, por sua vez, representadas pelos correlatos borderôs, sob a forma escrita ou eletrônica -, os quais ingressarão, a esse título (em garantia fiduciária), em conta vinculada para esse exclusivo propósito. 7. A duplicata virtual é emitida sob a forma escritural, mediante o lançamento em sistema eletrônico de escrituração, pela empresa credora da subjacente relação de compra e venda mercantil/prestação de serviços (no caso, as próprias recuperandas), responsável pela higidez da indicação. 8.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJTAR 2QH6E G37EY FNH3R

> É, portanto, a própria devedora fiduciante que alimenta o sistema, com a emissão da duplicata eletrônica, que corporifica uma venda mercantil ou uma prestação de serviços por ela realizada, cuja veracidade é de sua exclusiva responsabilidade, gerando a seu favor um crédito, a permitir a geração de um borderô (o qual contém, por referência, a respectiva duplicata), remetida ao sacado/devedor. Já se pode antever o absoluto contrassenso de se reconhecer a inidoneidade desse documento em prol dos interesses daquele que é o próprio responsável por sua conformação. O pagamento, por sua vez, ingressa na conta vinculada, em garantia fiduciária ao mútuo bancário tomada pela empresa fiduciante, não pairando nenhuma dúvida quanto à detida especificação do crédito (e não do título que o representa), nos moldes exigidos pelo art. 18, IV, da Lei n. 9.514/1997.
> 9. Recurso especial provido.
> (REsp n. 1.797.196/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 9/4/2019, DJe de 12/4/2019.)
> Sem grifos no original.

No mais, verificou-se que o contrato nº 00333607300000011900 aparentemente engloba renegociação de dívida referente a conta nº 0033-3607-000130021371.

Pelo exposto, filiando-se ao entendimento que vem sendo aplicado nos tribunais pátrios, o MBPM conclui que o valor devido, na proporção da garantia prestada em cada contrato de capital de giro, deve ser excluído dos efeitos da recuperação judicial, do que não se extrai o entendimento de possibilidade de eventuais bloqueios em contas das recuperandas. Situações que poderão ser pontualmente analisadas.

Em sua manifestação administrativa, as Recuperandas abordaram que reconhecem como incontroverso o valor devido de R$ 1.179.175,17, e que por tal razão, há de se considerar neste momento tão somente o valor incontroverso para fins de habilitação na recuperação judicial, no limite dos 50% concursais.

Contudo, não há concordância do credor com relação ao valor indicado como incontroverso pelas Recuperandas, tampouco decisão judicial que descaracterize, até o presente momento, os encargos contratuais do contrato firmado entre as partes.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJTAR 2QH6E G37EY FNH3R

Tendo as Recuperandas concordado com a extraconcursalidade de 50% do crédito referente ao contrato nº 00333607300000011900 em razão da garantia contratual de cessão fiduciária, e em razão da discussão judicial acerca do valor exequível, entende-se, provisoriamente, pelo acolhimento parcial da divergência apresentada, para a retificação do crédito para o valor de R$ 2.230.010,07, não tendo sido considerado o valor excedente apresentado pelo banco referente a abertura de conta, uma vez que, aparentemente, faz parte da renegociação aplicada ao contrato de nº 00333607300000011900.

4. Conclusão

Acolhido parcialmente o pedido do credor

Valores finais encontrados pelo AJ que constarão do Edital		
Credor	Valor	Classe
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A	**R$ 2.230.010,07**	**Quirografário.**

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJTAR 2QH6E G37EY FNH3R

Credor	SAC MALHARIA EIRELI
CNPJ/CPF	31.695.360/0001-89
Data de recebimento	12/06/2023
Documentos enviados	Pedido de habilitação judicial Procuração Cadastro CNPJ Contrato Social
Valor apontado pelas Recuperandas	R$ 2.251.620,28
Classificação apontada pelas Recuperandas	Quirografário
Valor perseguido pelo credor	n/a
Classificação apontada pelo credor	n/a

1. Pedido do Credor

Requer a habilitação nos autos para acompanhamento da recuperação judicial.

2. Manifestação das Recuperandas

As Recuperandas apresentaram manifestação aparentemente desconexa com o requerimento do credor, conforme abaixo:

4. SAC MALHARIA:

Vossa senhoria opinou pela exclusão do crédito ante a ausência de confirmação pelo referido credor acerca da constituição do montante listado.

Desta forma, para evitar futura litigiosidade, as Recuperandas enviam em anexo todas as Notas Fiscais que ensejaram a constituição do crédito pertinente ao credor Sac Malharias, requerendo sua manutenção na Relação Geral de Credores.

3. Parecer da Administração Judicial

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJTAR 2QH6E G37EY FNH3R

Em 16/06/2023 o MBPM encaminhou esclarecimentos ao credor, por e-mail:



RES: RES: PEDIDO DE HABILITAÇÃO JUDICIAL

C Contato
Para Yuki Lopes Tamura
Cc Tavo Fujiwara

16/06/2023

Prezado Dr. Yuki, boa tarde.

A Habilitação feita junto ao Administrador Judicial é a habilitação ou divergência de crédito (nos termos do art. 7º, §2º da Lei 11.101/2005), o que não se confunde com a habilitação para acompanhamento do processo.
Caso o objetivo seja receber intimações e andamentos para acompanhamento do processo a habilitação deve ser realizada junto ao projudi como qualquer outro processo cível do TJPR.
Seguimos à disposição.

Atenciosamente,

MBPM
MALUCELLI BARBOSA
PORTUGAL MACEDO
Advocacia e Administração Judicial

Contato MBPM
contato@mbpm.adv.br
mbpm.adv.br

4. Conclusão

Desacolhido o pedido do credor por não se tratar de requerimento da habilitação ou divergência de crédito.

Valores finais encontrados pelo AJ que constarão do Edital		
Credor	Valor	Classe
SAC MALHARIA EIRELI	**R$ 2.251.620,28**	**Quirografário.**

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJTAR 2QH6E G37EY FNH3R

Credor	PRESERV CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.
CNPJ/CPF	19.997.610/0001-30
Data de recebimento	13/06/2023
Documentos enviados	Divergência de crédito Contrato Social Contratos de Prestação de Serviços Conversas via Whatsapp com financeiro da Klivan Memória de Cálculo
Valor apontado pelas Recuperandas	R$ 19.500,00
Classificação apontada pelas Recuperandas	ME e EPP
Valor perseguido pelo credor	R$ 22.500,00
Classificação apontada pelo credor	ME e EPP

1. Pedido do Credor

Requer a correção do valor do crédito para R$ 22.500,00

2. Manifestação das Recuperandas

Sem manifestação pelas Recuperandas.

3. Parecer da Administração Judicial

Comprovada a relação comercial entre as partes por intermédio dos contratos apresentados, sem oposição pelas Recuperandas, é o parecer para acolher parcialmente a divergência de crédito apresentada para retificação na lista de credores devidamente atualizada até a data do pedido de recuperação judicial.

MBPM
MALUCELLI BARBOSA
PORTUGAL MACEDO
Advocacia e Administração Judicial

PLANILHA DE DÉBITOS JUDICIAIS

Data de atualização dos valores: abril/2023
Indexador utilizado: TJ/PR (média IGP/INPC)
Juros moratórios simples de 1,00% ao mês
Acréscimo de 0,00% referente a multa.
Honorários advocatícios de 0,00% - (não aplicável sobre a multa).

ITEM	DESCRIÇÃO	DATA	VALOR SINGELO	VALOR ATUALIZADO	JUROS MORATÓRIOS 1,00% a.m.	TOTAL
1		29/01/2022	1.500,00	1.595,05	239,26	1.834,31
2		28/02/2022	1.500,00	1.573,96	220,35	1.794,31
3		29/03/2022	1.500,00	1.554,53	202,09	1.756,62
4		29/04/2022	1.500,00	1.523,45	182,81	1.706,26
5		29/05/2022	1.500,00	1.512,48	166,37	1.678,85
6		29/06/2022	1.500,00	1.503,91	150,39	1.654,30
7		29/07/2022	1.500,00	1.500,00	135,00	1.635,00
8		29/08/2022	1.500,00	1.502,00	120,16	1.622,16
9		29/09/2022	1.500,00	1.508,49	105,59	1.614,08
10		29/10/2022	1.500,00	1.520,20	91,21	1.611,41
11		29/11/2022	1.500,00	1.521,34	76,07	1.597,41
12		29/12/2022	1.500,00	1.519,82	60,79	1.580,61
13		29/01/2023	1.500,00	1.512,26	45,37	1.557,63
14		28/02/2023	1.500,00	1.508,33	30,17	1.538,50
15		29/03/2023	1.500,00	1.502,25	15,02	1.517,27
		TOTAIS	22.500,00	22.858,07	1.840,65	24.698,72
		Subtotal				R$ 24.698,72
		TOTAL GERAL				R$ 24.698,72

4. Conclusão

Acolhido parcialmente o pedido do credor para retificar o crédito, conforme abaixo:

Valores finais encontrados pelo AJ que constarão do Edital		
Credor	Valor	Classe
PRESERV CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.	**R$ 24.698,72**	**ME e EPP**

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJTAR 2QH6E G37EY FNH3R

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJTAR 2QH6E G37EY FNH3R

Credor	ALEXANDRE N. FERRAZ, CICARELLI & PASSOLD ADVOGADOS ASSOCIADOS
CNPJ/CPF	854.999.438-34
Data de recebimento	15/08/2023
Documentos enviados	Divergência de Crédito Contrato Social Procuração Decisão que fixou honorários sucumbenciais Demonstrativo atualizado de débito
Valor apontado pelas Recuperandas	R$ 15.329,87
Classificação apontada pelas Recuperandas	Trabalhista
Valor perseguido pelo credor	R$ 31.938,21
Classificação apontada pelo credor	Trabalhista

1. Pedido do Credor

O escritório requerente informa ser representante do Banco Bradesco S/A em ação de Execução de Título Extrajudicial nº 0008265-71.2019.8.16.0044, pela qual faria jus à remuneração de 10% sobre o valor do débito lá perseguido.

Informa que o valor histórico da dívida é de R$ 15.329,87 que, contudo, deve ser atualizada até a data do pedido de recuperação judicial, perfazendo o montante de R$ 31.938,21.

2. Manifestação da Recuperanda

Sem manifestação da recuperanda.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJTAR 2QH6E G37EY FNH3R

MBPM
MALUCELLI BARBOSA
PORTUGAL MACEDO
Advocacia e Administração Judicial

3. Parecer da Administração Judicial

Acolhido o pedido do credor, tendo em vista que os honorários de sucumbência devem ser atualizados até a data do pedido de recuperação judicial, tendo como base o valor atualizado da dívida principal.

O cálculo apresentado pelo credor foi integralmente acolhido pela Administração Judicial:

PLANILHA DE DÉBITOS JUDICIAIS

Data de atualização dos valores: maio/2023
Indexador utilizado: TJ/PR (média IGP/INPC)
Juros moratórios simples de 1,00% ao mês
Acréscimo de 0,00% referente a multa.
Honorários advocatícios de 10,00% - (não aplicável sobre a multa).

ITEM	DESCRIÇÃO	DATA	VALOR SINGELO	VALOR ATUALIZADO	JUROS MORATÓRIOS 1,00% a.m.	TOTAL
1		21/06/2019	153.298,71	217.266,75	102.115,37	319.382,12
		TOTAIS	153.298,71	217.266,75	102.115,37	319.382,12
					Subtotal	R$ 319.382,12
					Honorários advocatícios (10,00%) - não aplicável s/ a multa (+)	R$ 31.938,21
					Subtotal	R$ 351.320,33
					TOTAL GERAL	R$ 351.320,33

4. Conclusão

Acolhido o pedido do credor

Valores finais encontrados pelo AJ que constarão do Edital		
Credor	Valor	Classe
Alexandre N. Ferraz, Cicarelli & Passold Advogados Associados	**R$ 31.938,21**	**Trabalhista**

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJTAR 2QH6E G37EY FNH3R

Credor	Banco Bradesco S/A
CNPJ/CPF	60.746.948/0001-12
Data de recebimento	25/08/2023
Documentos enviados	Divergência de Crédito Procuração 30 protocolos de envio de documentos pelo site da administração judicial
Valor apontado pelas Recuperandas	R$ 2.433.274,81
Classificação apontada pelas Recuperandas	Quirografário
Valor perseguido pelo credor	R$ 7.048.546,24
Classificação apontada pelo credor	Quirografário

1. Pedido do Credor

O Banco Bradesco S/A apresenta divergência de crédito informando possuir uma operação com Recuperanda D'atri e outas onze com a DSO.

Informa que todas as operações firmadas com a DSO foram judicializadas e que a divergência se limitou a retirar a planilha de cálculos de cada processo e atualizar até a data de distribuição da recuperação judicial.

Por fim, requer a correção do valor do seu crédito para o valor de R$ 7.048.546,24 (sete milhões quarenta e oito mil quinhentos e quarenta e seis reais e vinte e quatro centavos).

2. Manifestação da Recuperanda

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJTAR 2QH6E G37EY FNH3R

Se opõe ao pedido do credor, tendo em vista que todos os processos indicados pelo credor foram objeto de embargos à execução ou ação revisional de contrato e que, ainda que não sentenciados apenas o valor incontroverso foi habilitado.

Com isso, opinam pelo não acolhimento do pedido administrativo de divergência e pela manutenção do valor indicado.

3. Parecer da Administração Judicial

Foram analisados 1 e-mail, mais de 30 protocolos contendo diversos documentos junto ao site da Administração Judicial e os processos existentes relativos a cada operação firmada entre as partes.

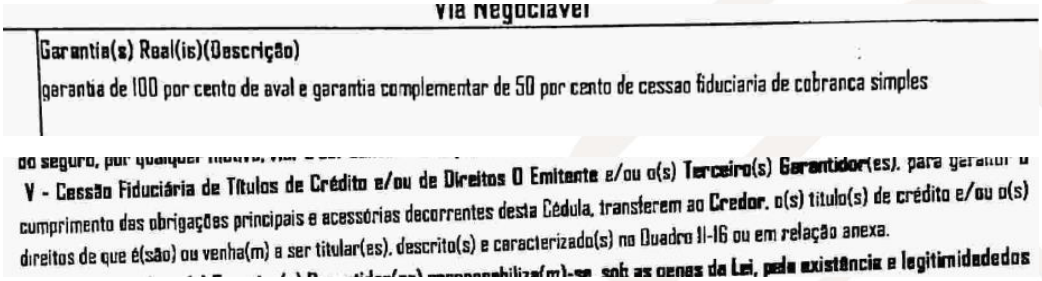
1- Limite de Cheque Flex celebrado via internet junto à agência 0047 – conta nº 99675 (nº contábil interno 455 - 8.497.162)

Documentos analisados: histórico do contrato de cheque especial e demonstrativo do débito

Valor total apurado pelo Banco R$ 6.688,31

2- Cédula de Crédito Bancário Empréstimo – Capital de Giro nº 010.737.393 (número contábil interno 351/737.393)

Documentos analisados: processos nº 0004551-06.2019.8.16.0044 (execução) e nº 0001530-85.2020.8.16.0044 (embargos), contrato, demonstrativo da operação e demonstrativo de cálculo. Previsão de penhor de títulos de crédito/ Cessão fiduciária de Títulos de Crédito:



Via Negociavel

Garantia(s) Real(is)(Descrição)

garantia de 100 por cento de aval e garantia complementar de 50 por cento de cessao fiduciaria de cobranca simples

do seguro, por qualquer motivo, via [illegible]

V - Cessão Fiduciária de Títulos de Crédito e/ou de Direitos O Emitente e/ou o(s) Terceiro(s) Garantidor(es), para garantir o cumprimento das obrigações principais e acessórias decorrentes desta Cédula, transferem ao Credor, o(s) título(s) de crédito e/ou o(s) direitos de que é(são) ou venha(m) a ser titular(es), descrito(s) e caracterizado(s) no Quadro II-16 ou em relação anexa.

[illegible] sob as penas da Lei, pela existência e legitimidadedos

Valor total apurado pelo Banco de R$ 197.838,80

Verificando os autos é possível concluir que inexiste valor incontroverso entre as partes em relação ao contrato em análise, uma vez que o

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJTAR 2QH6E G37EY FNH3R

Banco se considera credor do importe acima indicado e, por sua vez, a Recuperanda também se considera credora de valor por ela calculado.

O MBPM informa que acatará eventual sentença proferida nos processos que discutem os valores em questão, sendo o meio correto para dilação probatória necessária à complexidade dos cálculos e da discussão.

Para fins de habilitação no processo de recuperação judicial o MBPM acata os cálculos apresentados pelo banco, considerando que até o momento não há decisão judicial afastando os encargos cobrados.

Contudo, há que se apontar para inequívoca extraconcursalidade de 50% do contrato firmado entre as partes, conforme previsão do quadro II-16 do contrato. Desse modo, nos termos do art. 49, §3º da Lei 11.101/2005 considera-se sujeito a recuperação judicial o valor de R$ 98.919,40 (noventa e oito mil, novecentos e dezenove reais e quarenta centavos).

3- Cédula de Crédito Bancário Empréstimo – Capital de Giro nº 010.892.315 (número contábil interno 351/892.315)

Documentos analisados: Processos nº 0008265-71.2019.8.16.0044 (execução) e nº 0023857-58.2019.8.16.0044 (embargos à execução) Três Demonstrativos de Índices iguais, Demonstrativo de Cálculo e Contrato. Não há previsão de garantia fora o aval.

Valor total apurado pelo Banco R$ 318.592,68 (trezentos e dezoito mil, quinhentos e noventa e dois reais, sessenta e oito centavos)

Verificando os autos é possível concluir que inexiste valor incontroverso entre as partes em relação ao contrato em análise, uma vez que o Banco se considera credor do importe acima indicado e, por sua vez, a Recuperanda apresenta o cálculo de dois cenários distintos a serem considerados.

O MBPM informa que acatará eventual sentença proferida nos processos que discutem os valores em questão, sendo o meio correto para dilação probatória necessária à complexidade dos cálculos e da discussão.

No presente momento, o MBPM acolhe o cálculo apresentado pelo Banco.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJTAR 2QH6E G37EY FNH3R

4- Cédula de Crédito Bancário Empréstimo – Capital de Giro nº 011.061.354 (número contábil interno 351/1.061.354)

Documentos analisados: processos 0001085-04.2019.8.16.0044 (execução) e 0001020-38.2021.8.16.0044 (embargos à execução), não há previsão de garantia.

Valor total apurado pelo Banco R$ 35.564,15 (trinta e cinco mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e quinze centavos)

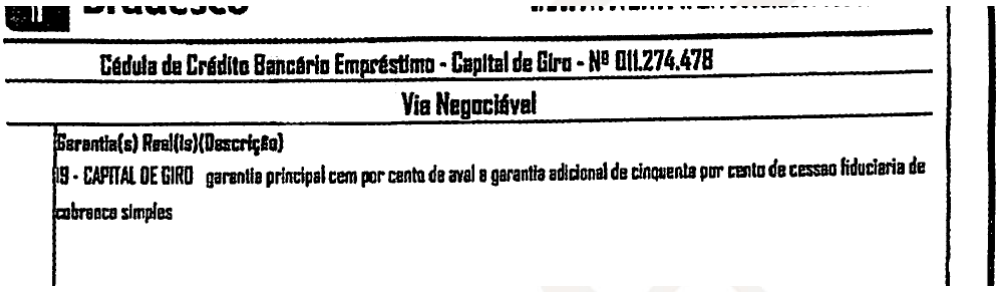
Verificando os autos é possível concluir que inexiste valor incontroverso entre as partes em relação ao contrato em análise, uma vez que o Banco se considera credor do importe acima indicado e, por sua vez, a Recuperanda apresenta o cálculo de dois cenários distintos a serem considerados.

O MBPM informa que acatará eventual sentença proferida nos processos que discutem os valores em questão, sendo o meio correto para dilação probatória necessária à complexidade dos cálculos e da discussão.

No presente momento, o MBPM acolhe o cálculo apresentado pelo Banco.

5- Cédula de Crédito Bancário Empréstimo – Capital de Giro nº 011.274.478 (número contábil interno 351/1.274.478)

Documentos analisados: processo nº 0005631-05.2019.8.16.0044 (execução) e 0000716-73.2020.8.16.0044 (embargos à execução), demonstrativo de operação, cinco demonstrativos de débito iguais, três demonstrativos de cálculos duas vias iguais do contrato. Previsão de penhor de direitos creditórios e cessão fiduciária de 50% do valor do contrato:



Cédula de Crédito Bancário Empréstimo - Capital de Giro - Nº 011.274.478

Via Negociável

Garantia(s) Real(is)(Descrição)

19 - CAPITAL DE GIRO garantia principal cem por cento de aval e garantia adicional de cinquenta por cento de cessao fiduciaria de cobrenca simples

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJTAR 2QH6E G37EY FNH3R

Valor total apurado pelo Banco R$ 192.392,30 (cento e noventa e dois mil, trezentos e noventa e dois reais e trinta centavos)

Verificando os autos é possível concluir que inexiste valor incontroverso entre as partes em relação ao contrato em análise, uma vez que não houve concordância em relação aos cálculos apresentados em perícia.

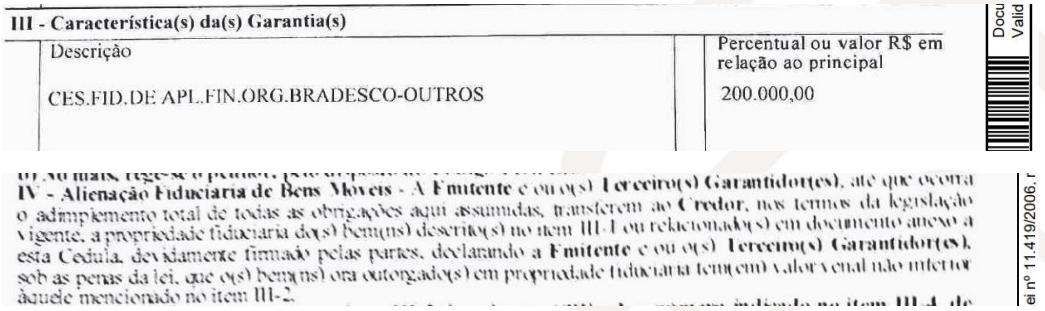
O MBPM informa que acatará eventual sentença proferida nos processos que discutem os valores em questão, sendo o meio correto para dilação probatória necessária à complexidade dos cálculos e da discussão.

Para fins de habilitação no processo de recuperação judicial o MBPM acata os cálculos apresentados pelo banco, considerando que até o momento não há decisão judicial afastando os encargos cobrados.

Contudo, há que se apontar para inequívoca extraconcursalidade de 50% do contrato firmado entre as partes, conforme previsão do quadro II-16 do contrato. Desse modo, nos termos do art. 49, §3º da Lei 11.101/2005 considera-se sujeito a recuperação judicial o valor de R$ 96.166,15 (noventa e seis mil, cento e sessenta e seis reais e quinze centavos)

6- Cédula de Crédito Bancário – Conta Garantida Simplificada – PJ nº 004.282.905 (número contábil interno 227/4.282.905)

Documentos analisados: Processos nº 0007639-52.2019.8.16.0044 (execução) e nº 0012074-69.2019.8.16.0044 (embargos à execução) – Demonstrativo do débito, três demonstrativos de cálculo iguais e três vezes o contrato repetido. Penhor de títulos de crédito no valor total do contrato, de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais):



III - Característica(s) da(s) Garantia(s)

Descrição	Percentual ou valor R$ em relação ao principal
CES.FID.DE APL.FIN.ORG.BRADESCO-OUTROS	200.000,00

IV - Alienação Fiduciária de Bens Móveis - A **Emitente** e ou o(s) **Terceiro(s) Garantidor(es)**, até que ocorra o adimplemento total de todas as obrigações aqui assumidas, transferem ao **Credor**, nos termos da legislação vigente, a propriedade fiduciária do(s) bem(ns) descrito(s) no item III-1 ou relacionado(s) em documento anexo a esta Cedula, devidamente firmado pelas partes, declarando a **Emitente** e ou o(s) **Terceiro(s) Garantidor(es)**, sob as penas da lei, que o(s) bem(ns) ora outorgado(s) em propriedade fiduciária tem(em) valor real não inferior àquele mencionado no item III-2.

Valor total apurado pelo Banco R$ 406.898,58 (quatrocentos e seis mil, oitocentos e noventa e oito reais e cinquenta e oito centavos)

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJTAR 2QH6E G37EY FNH3R

MBPM
MALUCELLI BARBOSA
PORTUGAL MACEDO
Advocacia e Administração Judicial

Considerando a previsão de cessão fiduciária pelo valor total do contrato, conforme item III-1, o MBPM, nos termos do art. 49, §3º da Lei 11.101/2005 considera o contrato em tela não sujeito aos efeitos da recuperação judicial.

7- Cédula de Crédito Bancário – Financiamento para Aquisição de Bens e/ou Serviços nº 004.461.709 (número contábil interno 688/4.461.709)

Documentos analisados: Inicial do processo nº 0008943-86.2019.8.16.0044 (busca e apreensão convertida em execução) ao qual o MBPM não teve acesso por estar em segredo de justiça, processo nº 0007057-18.2020.8.16.0044, contrato e demonstrativo de débito. Alienação fiduciária de maquinário sem, contudo, indicar o maquinário e o valor ou percentual da garantia, contrato de difícil visualização, praticamente ilegível.

Do mandado de busca e apreensão se verifica que os bens objeto de garantia fiduciária são bens descritos em notas fiscais no processo de execução e que não foram encontrados. Ainda, há a seguinte informação sobre a perda da garantia:

A parte autora da demanda teve conhecimento que houve perda da garantia do contrato, frente a tal situação, resta a hipótese prevista no art. 5.º do Decreto Lei 911/1969, no qual poderá o banco Autor recorrer à Ação Executiva caso assim deseje, sendo penhorados, a critério deste, bens do devedor suficientes para assegurar a execução.

Do mesmo modo, ainda que impossibilitada a ação de depósito, o débito de responsabilidade do alienante subsiste, o que dá ensejo ao credor a faculdade de pleitear nos mesmos autos, a conversão da ação originária em processo de execução.

Diante o exposto, visando garantir os direitos do Autor, e diminuir os possíveis prejuízos que poderão ocorrer com a demora em receber o que lhe é devido, REQUER a este juízo:

1) A conversão da presente demanda em Ação de Execução por quantia certa, com fulcro no artigo 5º do Decreto Lei 911/69, expedindo mandado de penhora e avaliação dos bens do Requerido, tantos quanto forem necessários para liquidar o saldo devedor;

2) A Citação dos executados, na Rua Doutor Munhoz da Rocha 335, Barra Funda, Apucarana/PR, para que paguem em 3 (três) dias o valor de R$ 384.999,65 (trezentos e oitenta e quatro mil e novecentos e noventa e nove reais e sessenta e cinco centavos), corrigidos monetariamente, até a data do efetivo pagamento, com a multa moratória aplicável, bem como as custas processuais e honorários advocatícios, que deverão ser arbitrados de acordo com o art. 827 do Código de Processo Civil, e demais custas processuais existentes;

Documento assinado digitalmente
Validação deste em https://pr
Documento assinado di
Validação deste em htt

Sobre a garantia fiduciária a Recuperanda se manifesta da seguinte forma:

MBPM
MALUCELLI BARBOSA
PORTUGAL MACEDO
Advocacia e Administração Judicial

No entanto, para fosse perfectibilizada a operação, o banco-Embargado exigiu o oferecimento de alguns bens em garantia e inseriu, ao desconhecimento técnico das Embargantes, cláusula de alienação fiduciária a qual, consoante exposto alhures, é eivada de nulidade por decorrer de simulação.

|.419/2006, resoluç
'4CXW4 KTR59 LC

Valor total apurado pelo Banco R$ 769.528,51 (setecentos e sessenta e nove mil, quinhentos e vinte e oito reais, cinquenta e um centavos)

Nesse caso em específico, o contrato celebrado entre as partes, apesar de mencionar a existência de garantia fiduciária, não se desincumbe da obrigação de descrição do bem objeto da alienação. Possível verificar que não estão preenchidos, portanto os requisitos do art. 1º do Decreto-Lei nº 911 de 1969 que alterou a redação do art. 66, §1º, alínea "d" da Lei 4.728/1965. Desse modo, o MBPM entende pelo afastamento da garantia fiduciária nesse caso, tendo em vista que o contrato sequer permite a correta compreensão da modalidade de garantia fiduciária e, ainda menos, sobre qual bem ou bens ela recairia.

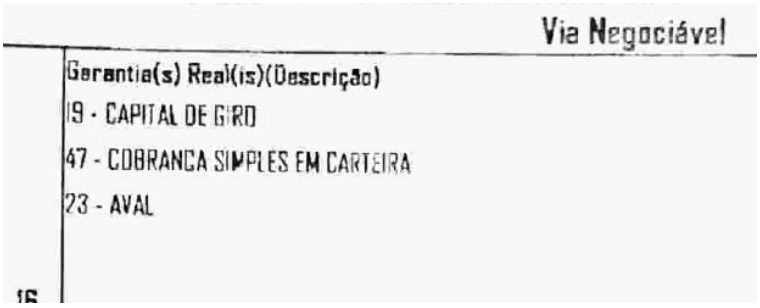
O MBPM informa que acatará eventual sentença proferida nos processos que discutem os valores em questão, sendo o meio correto para dilação probatória necessária à complexidade dos cálculos e da discussão.

No presente momento, o MBPM acolhe o cálculo apresentado pelo Banco.

8- Cédula de Crédito Bancário Empréstimo – Capital de Giro nº 011.635.498 (número contábil interno 351/1.635.498)

Documentos analisados: processos nº 0012783-07.2019.8.16.0044 (execução) e 0001108-13.2020.8.16.0044 (embargos à execução), dois demonstrativos de crédito iguais e o contrato. Previsão de garantias, penhor de título de crédito, alienação fiduciária de bens, cessão fiduciária de títulos de crédito, todas contudo, vinculadas àquelas descritas no item II-16 do contrato que descreve apenas as seguintes garantias:

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJTAR 2QH6E G37EY FNH3R


Via Negociável

Garantia(s) Real(is)(Descrição)
19 - CAPITAL DE GIRO
47 - COBRANCA SIMPLES EM CARTEIRA
23 - AVAL

16

Valor total apurado pelo Banco R$ 755.025,06 (setecentos e cinquenta e cinco mil, vinte e cinco reais e seis centavos)

As garantias acima elencadas não impedem a sujeição do crédito à recuperação judicial.

O MBPM informa que acatará eventual sentença proferida nos processos que discutem os valores em questão, sendo o meio correto para dilação probatória necessária à complexidade dos cálculos e da discussão.

No presente momento, o MBPM acolhe o cálculo apresentado pelo Banco.

9- Cédula de Crédito Bancário Empréstimo - Capital de Giro nº 011.644.696 (número contábil interno 351/1.644.696)

Documentos analisados: Processos nº 0001086-86.2019.8.16.0044 (execução), nº 0000717-58.2020.8.16.0044 (embargos à execução) demonstrativo de operação, demonstrativo de índices repetido, o contrato repetido.

Valor total apurado pelo Banco R$ 477.248,17 (quatrocentos e setenta e sete mil, duzentos e quarenta e oito reais e dezessete centavos)

Verificando os autos é possível concluir que inexiste valor incontroverso entre as partes em relação ao contrato em análise, uma vez que não houve concordância em relação aos cálculos apresentados em perícia.

O MBPM informa que acatará eventual sentença proferida nos processos que discutem os valores em questão, sendo o meio correto para dilação probatória necessária à complexidade dos cálculos e da discussão.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJTAR 2QH6E G37EY FNH3R

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJTAR 2QH6E G37EY FNH3R

Para fins de habilitação no processo de recuperação judicial o MBPM acata os cálculos apresentados pelo banco, tendo em vista que a perícia de mov. 135 dos autos aponta para irregularidades no cálculo apresentado pela recuperanda e eventuais irregularidades no cálculo do banco ainda devem ser declaradas judicialmente.

10- Acordo Comercial Para Desconto de Duplicatas Físicas e Escriturais, Cheques e Antecipação de Direitos Creditórios Nº 02042018

Documentos analisados: processos nº 0002642-26.2019.8.16.0044 (ação de cobrança), demonstrativo de índice, demonstrativo de cálculo. Contrato de desconto de direitos creditórios nº 2018003753056 (enviado seis vezes), nº 2018001106736 (enviado três vezes), nº 2018004707034 (enviado cinco vezes), nº 2018002103830, nº 2018003379934 (enviado três vezes), nº 2018004393618 (enviado duas vezes), nº 2018004310586 (enviado quatro vezes), nº 2018004187120 (enviado duas vezes), nº 2018003946527, nº 2018003326527 (enviado três vezes) todos com relação de duplicatas cedidas, consulta de desconto de parcelas (em duplicidade), consulta de desconto de parcelas outra data de consulta (enviado em duplicidade), nove consultas de desconto referentes ao mesmo processo. Acordo Comercial para desconto de duplicatas físicas e escriturais 02042018.

Valor total apurado pelo Banco R$ 3.449.409,61 (três milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e nove reais, sessenta e um centavos)

Verifica-se que na ação de cobrança há complexa discussão acerca dos valores devidos, taxas e encargos aplicáveis ao caso. Não cabe à Administração Judicial adentrar a tais discussões ou tomar um lado na defesa de direitos que serão tutelados pelo judiciário.

Desse modo, para fins de habilitação no processo de recuperação judicial, o MBPM tomou como base o valor de R$ 746.058,61 (setecentos e quarenta e seus mil, cinquenta e oito reais e sessenta e um centavos), levantado como devido para a data de fevereiro de 2019, conforme perícia de mov. 223.1 dos referidos autos. Isso porque, conforme manifestação de mov. 227.1 o Banco não discordou do valor indicado:

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJTAR 2QH6E G37EY FNH3R

O valor apresentado pela *Expert,* perfaz o montante devedor de R$ 746.058,61 (setecentos e quarenta e três mil e cinquenta e oito reais e sessenta e um centavos) na data de 02/2019. Deste modo, o valor indicado pelo laudo pende de atualização até a presente data e demonstra a inexistência de excesso, pois está conforme a decisão do juízo de limitação dos títulos de mov. 124.1.

Não se ignora o aditamento da perícia, mas tão somente o fato de que sobre o aditamento (mov. 321) o credor apontou discordâncias (mov. 324) que ainda pendem de verificação.

Cálculo considerado pela Administração Judicial

Cálculo de atualização monetária

Voltar Versão para Impressão

Dados básicos informados para cálculo	
Descrição do cálculo	
Valor Nominal	R$ 746.058,61
Indexador e metodologia de cálculo	TJ/PR (média IGP/INPC) - Calculado pro-rata die.
Período da correção	01/02/2019 a 20/04/2023
Taxa de juros (%)	1 % a.m. simples
Período dos juros	01/02/2019 a 20/04/2023

Dados calculados			
Fator de correção do período	1539 dias		1,459224
Percentual correspondente	1539 dias		45,922418 %
Valor corrigido para 20/04/2023		(=)	R$ 1.088.666,76
Juros(1539 dias-51,30000%)		(+)	R$ 558.486,05
Sub Total		(=)	R$ 1.647.152,81
Valor total		(=)	**R$ 1.647.152,81**

11- Cartão De Visa BNDES - Cartão nº 4485 XXXX XXXX 6085 – Agência 0047 - Conta corrente nº 97675

Não houve apresentação de documentos para descaracterizar a cobrança apontada pelo banco em relação aos valores devidos a título de cartão, motivo pelo qual foi acolhido o pedido do credor.

Valor total apurado pelo Banco R$ 370.909,37 (trezentos e setenta mil, novecentos e nove reais, trinta e sete centavos)

12- CARTÃO DE VISA EMPRESARIAL – CARTÕES nº 4551 8505 0032 6148 4551 XXXX XXXX 6155 - Agência 0047 - Conta corrente nº 97675

Não houve apresentação de documentos para descaracterizar a cobrança apontada pelo banco em relação aos valores devidos a título de cartão, motivo pelo qual foi acolhido o pedido do credor.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJTAR 2QH6E G37EY FNH3R

Valor total apurado pelo Banco R$ 68.450,70 (sessenta e oito mil, quatrocentos e cinquenta reais e setenta centavos)

Importante ressaltar que à Administração Judicial não é cabível qualquer juízo de valor em relação a eventuais ilegalidades contratuais em disputa entre as partes. Situações tais que devem ser decididas judicialmente nos processos competentes e, eventualmente, quando sentenciadas e liquidadas, poderão alterar os valores ora considerados como corretos para fins de habilitação na recuperação judicial.

Ainda que apresentados pareceres sobre taxas e encargos a serem limitados judicialmente, considerando que até o momento não se tem decisão judicial afastando tais previsões contratuais, o MBPM considerou os valores contratuais e não os apresentados em parecer.

Desse modo, o MBPM acolheu parcialmente o pedido do Banco, com o seguinte resumo de alterações:

Operação	Valor Banco	Valor Recuperanda	Valor MBPM
455 - 8.497.162	R$ 6.688,31	-	R$ 6.688,31
351/737.393	R$ 197.838,80	R$ 15.858,55	R$ 98.919,40
351/892.315	R$ 318.592,68	R$ 64.669,24	R$ 318.592,68
351/1.061.354	R$ 35.564,15	-	R$ 35.564,15
351/1.274.478	R$ 192.392,30	-	R$ 96.166,15
227/4.282.905	R$ 406.898,58	R$ 333.352,18	Extraconcursal
688/4.461.709	R$ 769.528,51	R$ 611.652,19	R$ 769.528,51
351/1.635.498	R$ 755.025,06	R$ 681.011,40	R$ 755.025,06
351/1.644.696	R$ 477.248,17	-	R$ 477.248,17
02042018	R$ 3.449.409,61	R$ 2.147.549,78	R$ 1.647.152,81
Cartão 6085	R$ 370.909,37	-	R$ 370.909,37
Cartão 6155	R$ 68.450,70	-	R$ 68.450,70

	R$ 7.048.546,24	R$ 3.854.093,34	**R$ 4.644.245,31**

4. Conclusão

Acolhido parcialmente o pedido do credor

Valores finais encontrados pelo AJ que constarão do Edital		
Credor	Valor	Classe
Banco Bradesco S.A.	**R$ 4.644.245,31**	**Quirografário**

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJTAR 2QH6E G37EY FNH3R

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJTAR 2QH6E G37EY FNH3R

Credor	Itaú Unibanco S.A.
CNPJ/CPF	60.701.190/0001-04
Data de recebimento	22/08/2023
Documentos enviados	Habilitação de Crédito Contrato Descritivo de Cálculo
Valor apontado pelas Recuperandas	R$ 17.485,12
Classificação apontada pelas Recuperandas	Quirografária
Valor perseguido pelo credor	R$ 23.887,31
Classificação apontada pelo credor	Quirografário

1. Pedido do Credor

Informa que o crédito tem origem em dois contratos firmados entre as partes (Contrato nº 000008200173113 e contrato nº 000000496032855) e requer a atualização do valor do crédito até a data do pedido de recuperação judicial.

Apresenta o contrato de renegociação da dívida e a memória de cálculo.

2. Manifestação da Recuperanda

As Recuperandas se opuseram ao pedido de divergência apresentado pelo credor, apresentando planilha de atualização do valor em R$ 18.512,08 (dezoito mil, quinhentos reais e oito centavos).

3. Parecer da Administração Judicial

Acolhe o pedido do credor tendo em vista se tratar apenas de atualização e aplicação de encargos contratuais até a data da distribuição do processo de recuperação judicial nos termos do art. 9, II, da Lei 11.102/2005. O cálculo apresentado pelas Recuperandas

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJTAR 2QH6E G37EY FNH3R

aplica índices de juros abaixo dos contratualmente pactuados e não se tem notícia de seu afastamento por decisão judicial ou pactuação entre as partes.

4. Conclusão

Acolhido o pedido do credor

Valores finais encontrados pelo AJ que constarão do Edital		
Credor	Valor	Classe
Itaú Unibanco	**R$ 23.887,31**	**Quirografário**

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJTAR 2QH6E G37EY FNH3R

Credor	BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL – BRDE
CNPJ/CPF	60.701.190/0001-04
Data de recebimento	31/07/2023
Documentos enviados	Divergência de Crédito Demonstrativo de Débitos Matrícula do imóvel dado em garantia de hipoteca cedular em 1º grau Contrato PR-50.482/BNDES Automático
Valor apontado pelas Recuperandas	R$ 989.541,76
Classificação apontada pelas Recuperandas	Garantia Real
Valor perseguido pelo credor	R$ 1.393.734,26
Classificação apontada pelo credor	Garantia Real

1. Pedido do Credor

Informa que o crédito tem origem em dois contratos firmados entre as partes (Contrato nº 000008200173113 e contrato nº 000000496032855) e requer a atualização do valor do crédito até a data do pedido de recuperação judicial.

Apresenta o contrato de renegociação da dívida e a memória de cálculo.

2. Manifestação da Recuperanda

As Recuperandas não apresentaram argumentos contrários à atualização ou cálculo considerado por elas correto.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJTAR 2QH6E G37EY FNH3R

3. Parecer da Administração Judicial

Acolhe o pedido do credor tendo em vista se tratar apenas de atualização monetária até a data da distribuição do processo de recuperação judicial nos termos do art. 9, II, da Lei 11.102/2005.

4. Conclusão

Acolhido o pedido do credor

Valores finais encontrados pelo AJ que constarão do Edital		
Credor	Valor	Classe
BRDE	**R$ 1.393.734,26**	**Garantia Real**

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJTAR 2QH6E G37EY FNH3R

Credor	Thiago Camargo Ribas (pedido apresentado pelo BRDE)
CNPJ/CPF	Não informado
Data de recebimento	31/07/2023
Documentos enviados	Habilitação de Crédito Contrato Descritivo de Cálculo
Valor apontado pelas Recuperandas	R$ 71.663,82
Classificação apontada pelas Recuperandas	Trabalhista
Valor perseguido pelo credor	R$ 139.373,43
Classificação apontada pelo credor	Trabalhista

1. Pedido do Credor

Informa que o BRDE detém titularidade concorrente para a cobrança de honorários de sucumbência decorrentes do processo de NUP 0005111-68.2019.8.16.0004 e que por norma interna do Banco os honorários sucumbenciais arbitrados em processos seriam de titularidade do BRDE. Requer a alteração da titularidade do crédito para que seja previsto ao BRDE na classe I e atualizado.

2. Manifestação da Recuperanda

As Recuperandas se opuseram ao pedido de divergência apresentado pelo credor, discordando alteração da titularidade do crédito para que passe a constar em favor do BRDE.

3. Parecer da Administração Judicial

Considerando que há renúncia expressa dos honorários em favor do BRDE e ainda, que a contratação de advogados do BRDE

pressupõe que a verba sucumbencial pertence ao banco e não ao escritório ou advogado interno, o MBPM não se opõe à alteração.

4. Conclusão

Acolhido o pedido do credor

Valores finais encontrados pelo AJ que constarão do Edital		
Credor	Valor	Classe
BRDE	**R$ 139.373,43**	**Trabalhista**

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJTAR 2QH6E G37EY FNH3R

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJTAR 2QH6E G37EY FNH3R

Credor	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Empresarial LP
CNPJ/CPF	07.727.757/0001-20
Data de recebimento	30/06/2023
Documentos enviados	Habilitação de Crédito Contratos FIDC Del Monte e FIDC Empresarial LP Aditamento contratual Descritivo de Cálculo Listagem de títulos Duplicatas cedidas Notas fiscais respectivas Atos societários.
Valor apontado pelas Recuperandas	R$ 363.849,65
Classificação apontada pelas Recuperandas	Quirografário
Valor perseguido pelo credor	R$ 444.001,72
Classificação apontada pelo credor	Quirografário

1. Pedido do Credor

O credor requer a retificação do valor do seu crédito bem como da titularidade dos valores decorrentes de contratos de cessão de direitos creditórios firmados com as Recuperandas.

2. Manifestação da Recuperanda

As Recuperandas não se manifestaram sobre o pedido.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJTAR 2QH6E G37EY FNH3R

3. Parecer da Administração Judicial

Considerando que foi apresentada documentação comprobatória do crédito e sua origem, bem como não apresentado documento que comprovasse seu pagamento, fio acolhido o pedido do credor.

4. Conclusão

Acolhido o pedido do credor

Valores finais encontrados pelo AJ que constarão do Edital		
Credor	Valor	Classe
Fidc Multisetorial Empresarial LP	**R$ 255.676,67**	**Quirografário**
Fidc Del Monte Não Padronizado – CNPJ 14.605.855/0001-50	**R$ 188.325,05**	**Quirografário**

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJTAR 2QH6E G37EY FNH3R

Credor	LIBRA II NP FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS MULTISSETORIAL
CNPJ/CPF	18.563.847/0001-40
Data de recebimento	18/06/2023
Documentos enviados	Divergência de Crédito Regulamento do Libra II NP Procuração Singulare Procuração Libra II, representada por singulare Cartão CNPJ Libra II Contrato Relatório de certificados digitais que assinaram o contrato Aditivo ao contrato Termo de Cessão N.2301180008 Termo de Cessão N.2211010005 Termo de Cessão N.2211230008 (enviado duas vezes) Planilha de títulos em aberto
Valor apontado pelas Recuperandas	R$ 32.006.00
Classificação apontada pelas Recuperandas	Quirografário
Valor perseguido pelo credor	R$ 32.006.00
Classificação apontada pelo credor	Quirografário

1. Pedido do Credor

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJTAR 2QH6E G37EY FNH3R

O credor requer a retificação da titularidade dos valores habilitados para o credor Banpar Fomento Comercial e Serviços Ltda. para que passe a constar o nome do habilitante.

2. Manifestação da Recuperanda

As Recuperandas não se manifestaram sobre o pedido.

3. Parecer da Administração Judicial

O item 8.3 do regulamento da habilitante prevê que a BANPAR (CNPJ 65.927.063/0001-33, correspondente ao indicado na lista da recuperanda) é uma Gestora contratada pelo Libra II. Ainda, no Anexo I do referido regulamento a Banpar é indicada como um Agente de Cobrança e como Consultora Especializada.

No contrato firmado entre as partes se verifica que a Banpar de fato apenas figurou como interveniente e que a Cessionária é a ora habilitante. Desse modo, acolhe o pedido do credor de alteração da titularidade do crédito do Banpar para o Libra II NP Fundo.

4. Conclusão

Acolhido o pedido do credor

Valores finais encontrados pelo AJ que constarão do Edital		
Credor	Valor	Classe
LIBRA II NP FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS MULTISSETORIAL	**R$ 32.006.00**	**Quirografário**

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJTAR 2QH6E G37EY FNH3R

Credor	MERCANTIL NP FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITO CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS MULTISETORIAL
CNPJ/CPF	09.363.400/0001-36
Data de recebimento	15/06/2023
Documentos enviados	Divergência de Crédito Procuração Mercantil Substabelecimento Atos constitutivos Contrato de cessão de crédito nº 921822s Termo De Cessão Com Coobrigação Do Cedente Nº 234101 Notificação Contranotificação Resposta à contranotificação
Valor apontado pelas Recuperandas	R$1.206.707,80
Classificação apontada pelas Recuperandas	Quirografário
Valor perseguido pelo credor	R$1.206.707,80
Classificação apontada pelo credor	Extraconcursal

1. Pedido do Credor

O credor requer a exclusão de seu crédito da recuperação judicial, pois seria credor tão somente do emitente dos títulos sacados e regularmente transmitidos pela Recuperanda ao Cessionário antes mesmo do pedido de recuperação judicial.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJTAR 2QH6E G37EY FNH3R

2. Manifestação da Recuperanda

As Recuperandas se manifestaram pela rejeição do pedido, considerando que os títulos em aberto seriam não performados, ficando falha a possibilidade de cobrança do terceiro emitente do título.

3. Parecer da Administração Judicial

Os julgados apresentados pela credora se referem, o primeiro, a valores cedidos e pagos, de forma que perfectibilizada a cessão e, o segundo, a contrato e garantias fiduciárias, distinto da condição do credor.

Na cláusula XIII do contrato a cedente, Recuperanda, fica obrigada à recompra dos títulos de crédito caso não sejam pagos, ainda, pela Cláusula X "e" a recuperanda fica sujeita a possível inclusão do seu nome em serviços de proteção ao crédito.

Os termos de cessão apresentados preveem a coobrigação do cedente pela dívida que esses títulos eventualmente possam causar, como é o caso do valor em discussão.

Desse modo, o que se observa é que o fundo gostaria de ter a liberalidade de selecionar de quem cobrará, contudo, não há qualquer previsão legal que exclua seu crédito dos efeitos da recuperação judicial.

Para além disso não se pode olvidar que a decisão de mov. 20 item 3 concedeu a tutela de urgência requerida pela recuperanda para determinar que os fundos, dentre eles o ora manifestante, se abstivessem de cobrar os terceiros emitentes de títulos cedidos.

Desse modo, por obvio que a declaração de extraconcursalidade do presente crédito apenas concederia ao fundo uma posição de privilégio em relação aos demais credores, ao poder cobrar, sem atenção aos ditames da recuperação judicial, seu crédito tanto da cedente quando de terceiros emitentes, pois responsáveis solidários contratualmente.

Um verdadeiro concurso de credores deve incluir todos aqueles débitos existentes contra a recuperanda, de modo que se consideram

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJTAR 2QH6E G37EY FNH3R

excluídos apenas aqueles legalmente afastados por lei, não sendo o caso do crédito do MERCANTIL NP.

4. Conclusão

Não acolhido o pedido do credor

Valores finais encontrados pelo AJ que constarão do Edital		
Credor	Valor	Classe
MERCANTIL NP FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITO CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS MULTISETORIAL	**R$1.206.707,80**	**Quirografário**

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJTAR 2QH6E G37EY FNH3R

Credor	MULTIPLO - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS MULTISSETORIAL
CNPJ/CPF	10.842.374/0001-08
Data de recebimento	07/06/2023
Documentos enviados	Divergência de Crédito Procuração Múltiplo Regulamento do Fundo Atos constitutivos da administradora do fundo Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e Outras Avenças com Coobrigação Nº 1074/001 Termo de Cessão n.º 68302 Termo de Cessão n.º 68845 Duplicatas inadimplidas
Valor apontado pelas Recuperandas	R$ 228.460,73
Classificação apontada pelas Recuperandas	Quirografário
Valor perseguido pelo credor	R$251.207,17
Classificação apontada pelo credor	Extraconcursal

1. Pedido do Credor

O credor requer a correção do valor do seu crédito decorrente de duplicatas cedidas e não pagas.

2. Manifestação da Recuperanda

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJTAR 2QH6E G37EY FNH3R

As Recuperandas não se manifestaram sobre o pedido.

3. Parecer da Administração Judicial

O credor apresentou documentos necessários e suficientes à constituição do seu crédito, não tendo, a recuperanda, comprovado o pagamento correspondente aos títulos habilitados.

4. Conclusão

Acolhido o pedido do credor

Valores finais encontrados pelo AJ que constarão do Edital		
Credor	Valor	Classe
MULTIPLO - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS MULTISSETORIAL	**R$251.207,17**	**Quirografário**